

19 DE 2007

SUGESTÃO Nº



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:

Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -
CONDESESUL

DATA DE ENTRADA

18/06/2007

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei que abate despesas com advocacia no imposto de Renda.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Em: ____/____/____

Presidente:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Em: ____/____/____

Presidente: _____

PARCER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

CNPJ: 03.005.604/0001-19

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (**X**) Outros (CONSELHO)

Endereço: Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas, s/nº, Centro

Cidade: Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

Fone: (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

Correio-eletrônico: andreluis_melo@yahoo.com

Responsáveis: Presidente Zoilda da Paz

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nas alíneas "a" e "b" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 18 de junho de 2007.


Míriam Cristina Gonçalves Quintas
Secretária

Sugestão de Projeto de Lei:

Abatimento de despesas com advocacia no Imposto de Renda.

Art. 1º. É permitido à pessoa física o abatimento de despesas com advocacia até o limite de 08 (oito) salários mínimos, no Imposto de Renda anual, desde que seja com advogado devidamente inscrito na OAB e com anuidade em dia.

Art. 2º. A presente Lei será regulamentada em 180 dias.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O serviço de advocacia é função essencial, logo deve ter a possibilidade de se abater despesas no Imposto de Renda, em analogia ao que acontece com a área de saúde, educação e até previdência.

Ademais, essa medida permite ao cidadão escolher o seu advogado de confiança, além de usar serviços extrajudiciais, evitando o congestionamento judicial com processos que poderiam ser resolvidos na esfera extrajudicial. Outrossim, também reduz despesas do Estado com assistência jurídica estatal, em razão de ser comum fazerem atendimentos para setores da classe média.

Na conjuntura atual há mecanismos para se evitar fraudes em razão da eficiência da Receita Federal em acompanhar os rendimentos das pessoas.